

Novas Vias para uma Agenda de Pesquisa sobre a Ciência da Administração Pública no Brasil

New Avenues for a Research Agenda on the Science of Public Administration in Brazil

Carolina Andion

Patrícia Rodrigues da Rosa

RESUMO

Este artigo aborda os estudos sobre a ciência da administração pública no Brasil e busca explorar as contribuições dos *science studies* (estudos sobre a ciência) para renovar a agenda de pesquisa sobre o fazer científico no campo. Trata-se de um ensaio teórico que inicia com uma revisão sistemática da produção científica brasileira sobre a ciência da administração pública, trabalhando com três enfoques nesse sentido: 1) o ensino de administração pública no Brasil; 2) a produção científica e a pesquisa no campo da administração pública no país; e 3) os estudos epistemológicos na área. Concentrando-se nesta terceira linha e nas lacunas identificadas nos estudos, são apresentadas as abordagens mais recentes da sociologia da ciência e, mais particularmente, da sociologia das práticas científicas, buscando evidenciar as possíveis contribuições dessas abordagens epistemológicas para o estudo da ciência da administração pública. Como contribuições, além de apresentar os contornos do debate, seus alcances e lacunas, o texto propõe áreas e temas de pesquisa que podem ser explorados para fazer avançar o debate e ampliar a agenda de pesquisa sobre a ciência da administração pública no país.


Palavras-chave: Ciência da administração pública no Brasil. Sociologia da ciência. Sociologia das práticas científicas. Abordagens epistemológicas.


Recebido em: 07/11/2022

Aprovado em: 07/09/2023

ABSTRACT

This article addresses studies on the science of public administration in Brazil and seeks to explore the contributions of science studies to renew the research agenda about the scientific work in the field. This is a theoretical essay that begins with a systematic review of the Brazilian scientific production on the science of public administration, working with three approaches in this sense: 1) the teaching of public administration in Brazil; 2) scientific production and research in the field of public administration in the country; and 3) epistemological studies in the area. Concentrating on this third line and on the gaps identified in the studies, the most recent approaches to the sociol-

Carolina Andion 
andion.esag@gmail.com
Pós-doutorado em Administração Pública e Governo pela EBAPE-FGV e em Economia Social pela Universidad de Valência, Doutorado em Ciências Humanas pela UFSC Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis / SC – Brasil

Patrícia Rodrigues da Rosa 
patricia.rosa@canoas.ifrs.edu.br
Doutorado em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina Instituto Federal do Rio Grande do Sul Canoas / RS – Brasil

ogy of science and, more particularly, the sociology of scientific practices are presented, seeking to highlight the possible contributions of these epistemological approaches to the study of the science of public administration. As contributions, in addition to presenting the contours of the debate, its scope and gaps, the text proposes research areas and themes that can be explored to advance the debate and broaden the research agenda on the science of public administration in the country.

Keywords: Science of public administration in Brazil. Sociology of science. Sociology of scientific practices. Epistemological approaches.

Introdução¹

De forma geral, considera-se que a administração pública brasileira começou a estruturar-se com a vinda da família real portuguesa para o país e com a constituição do Estado nacional, no início do século XIX, embora sua profissionalização só viesse a ocorrer cem anos mais tarde. Diferentes autores debruçam-se sobre o resgate dessa trajetória e consideram três marcos importantes para o seu desenvolvimento, já no século XX, os quais acompanharam importantes reformas do aparelho do Estado e tentativas de modernização da administração: 1º) o início do Estado Novo em 1937 e a burocratização na administração pública; 2º) a ditadura militar e as reformas advindas do Decreto-lei n. 200 de 1967; e 3º) o período pós redemocratização do país, que culmina no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995 e na chamada administração pública “gerencial” (BRESSER-PEREIRA, 2001; COELHO, 2019; COSTA, 2008; COSTA; COSTA, 2016).

Acompanhando o desenvolvimento da administração pública e contribuindo de forma estratégica para esta última, o ensino de graduação nessa área surge no país justamente como uma tentativa de instauração de uma administração pública profissional pelo governo Vargas nos anos 1930. Nesse momento, o principal objetivo era o treinamento de servidores públicos, por meio do Departamento de Administração do Setor Público (DASP). Na década de 1940, com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), instala-se no Brasil a Fundação Getúlio Vargas (FGV), à época um centro de estudos em administração pública. No início dos anos

1 Os capítulos 1 e 2 do artigo são baseados em Rosa (2022) e os capítulos 3 (parcial) e 4 são baseados em Rosa e Andion (2021).

1950 essa fundação cria a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), no Rio de Janeiro, como uma instituição de ensino, pesquisa e assistência técnica e que contava com a cooperação de professores e instituições americanas, reforçada mais tarde por um convênio entre Brasil e Estados Unidos, resultando na criação de novos cursos no país (COELHO, 2019; FARAH, 2011; FISCHER, 1984).

Desde então, a história do ensino superior de administração pública no Brasil acompanhou as diferentes transformações do papel do Estado na economia e as prioridades de governo. É importante destacar que o próprio ensino de administração no país surge com o ensino de administração pública, modificando o seu foco para o ensino administração empresarial ao longo do tempo e, atualmente, voltando-se à distinção entre os cursos. Esse movimento também ocorreu nos Estados Unidos, país de onde o Brasil importou o modelo inicial de ensino de administração pública (e empresarial, mais tarde), mas onde a partir da década de 1960 as duas áreas já passavam a ser distintas (COELHO, 2019; COELHO; NICOLINI, 2013; FARAH, 2011; KEINERT, 2014).

Nesse movimento, nos anos 1980, a administração pública enquanto ensino de graduação perde parte de sua identidade e se retrai enquanto formação profissional no país, sendo relegada a uma subárea das ciências administrativas, a partir do predomínio da administração focada em negócios. Nesse período, observa-se uma forte crise da administração pública, inclusive com o fechamento de alguns cursos e a perda de crédito da profissão (GAETANI, 1999). Esse cenário tem relação com o contexto internacional, onde ocorriam reformas estruturais e o predomínio de uma agenda neoliberal como estratégia de enfrentamento à crise econômica dos anos 1970, passando a repercutir também nos países em desenvolvimento. No âmbito interno, “destaca-se a crise fiscal e econômica sem precedentes enfrentada pelo país e a crise de legitimidade do próprio Estado, com o fim da ditadura”. Todos esses elementos vão influenciar a perda de força da disciplina, mas também abrem novas “janelas de oportunidades” para a administração pública no Brasil (ANDION, 2012, p. 6).

Assim, a disciplina retoma fôlego no final dos anos 1990, acompanhando o movimento de redefinição do papel do Estado brasileiro, sobretudo a partir da reforma administrativa proposta pelo então ministro Bresser Pereira. A influência do *New Public Management* e da lógica gerencialista na administração pública brasileira

renovou, de certa forma, o interesse na disciplina. Além disso, essa nova dinâmica também se relaciona às mudanças em âmbito institucional e da sociedade civil advindas da Constituição de 1988 e seus efeitos na administração pública (ANDION, 2012; GAETANI, 1999).

O diálogo da administração pública com outros campos disciplinares e a sua demarcação em relação à administração empresarial ampliaram-se consideravelmente nos anos 2000, culminando no movimento denominado “Campo de Públicas” (FADUL et al., 2014; KEINERT, 2014; PIRES et al., 2014; COELHO, 2019; COELHO et al., 2020), hoje representado pela Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP). O surgimento e a mobilização dos atores do Campo, culminou na aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de administração pública e provocou transformações no seu ensino no país, passando a abranger não somente os conhecimentos da administração, mas também das ciências contábeis, das ciências políticas, do direito, da economia e da sociologia (MEC, 2014).

O Campo de Públicas envolve atualmente professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de administração pública, gestão de políticas públicas, gestão pública, gestão social e políticas públicas, num campo interdisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecno-políticos, no âmbito das ciências sociais aplicadas e das ciências humanas. Esse Campo busca, principalmente, diferenciar objetos e objetivos de cursos de graduação focados na gestão pública, daqueles voltados para a administração empresarial (PIRES et al., 2014).

No nível da pós-graduação, esse movimento de consolidação disciplinar foi um pouco diferente. Nos anos 1960, iniciaram os cursos *lato sensu* no Brasil e, nos anos 1970, enquanto diminuía os bacharelados em administração pública, os programas *stricto sensu* iniciavam no país. O primeiro curso de mestrado em administração pública foi criado pela então EBAP, da FGV do Rio de Janeiro, em 1971. Enquanto nessa mesma década, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da FGV, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também criavam seus mestrados em administração também áreas de concentração em administração pública dentro dos seus programas (COELHO; NICOLINI, 2013; FADUL et al., 2014).

Em 1976, os programas dessas mesmas universidades se aliam para criar a Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD), importante entidade que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração, promovendo o ensino, a pesquisa e a produção de conhecimento no campo das ciências administrativas no Brasil (ANPAD, 2019). Segundo Coelho e Nicolini (2013), os programas de mestrado, passando a contar também com aquele da Universidade Federal da Bahia (UFBA), evoluíram em qualidade nos anos 1980 e superaram o paradigma da administração pública vista como administração empresarial.

O primeiro programa de doutorado específico em administração pública, contudo, surgiu apenas em 2002, na FGV de São Paulo, e continua sendo o único do país até o desenvolvimento deste artigo. Nos anos 2000, muitos cursos em nível de mestrado e de doutorado com áreas de concentração ou com linhas de pesquisa na área pública também surgiram. Tais cursos se inserem em programas de pós-graduação de administração, de ciência política, interdisciplinares, de planejamento urbano e regional, de serviço social, de economia e de sociologia. Mas a oferta de cursos de mestrado e doutorado em administração pública, embora crescente, “ainda não é condizente com a amplitude e a diversidade do setor público no país” (FADUL et al., 2014, p. 1341) e isso influencia o próprio desenvolvimento dessa ciência.

Isso se reflete na publicação científica da área, importante indicador de resultado do trabalho da ciência, que ainda é considerada aquém das suas possibilidades (CORRÊA et al., 2019; FADUL; SILVA; CERQUEIRA, 2011; FADUL et al., 2014; SOUZA, 1998). Trabalhos que analisam essa produção, indicam que: a) ela acompanha ou se submete aos movimentos ocorridos nas agendas de governos; b) há preferência por temas que estão em moda; c) há resultados empíricos com pouca geração de novos conhecimentos para o campo; d) discussões de caráter teórico e metodológico mais aprofundado são escassas; e) são utilizados conceitos não exclusivos da administração pública, com teorias de outros campos; f) organizações públicas são utilizadas apenas como *loci* das pesquisas; g) não retratam o campo na sua profundidade; e h) concentram-se sobretudo em temas que tratam de políticas públicas e dos aspectos gerenciais das organizações governamentais.

Quanto ao perfil e as práticas de cientistas do campo, a pesquisa de Corrêa et al. (2019) indica que, embora o volume da produção científica e o tamanho da

rede de pesquisadores tenham crescido no período observado (2000-2010), poucos autores (2%) produzem de maneira continuada. Os autores concluem que a comunidade científica da administração pública no país carece de amadurecimento das linhas de pesquisa e de fidelização dos pesquisadores, o que depende do incentivo e também dos recursos destinados aos programas de pós-graduação.

Todos esses aspectos se complexificam e ganham novos contornos diante do cenário atual no âmbito da pós-graduação das universidades, tanto em nível internacional quanto no Brasil. Diversos são os estudiosos brasileiros (ALCADIPANI, 2011a; ALCADIPANI, 2011b; MELO; SERVA, 2014; SANTANA, 2011; SILVA, 2019) que têm se dedicado ao tema do “produtivismo” acadêmico, termo que expressa uma lógica de produção desenfreada que, seguindo o modelo americano, os programas de pós-graduação do país têm buscado para atingir o desempenho necessário junto aos órgãos oficiais de financiamento e de controle científicos. Isso se agrava em momentos de escassez de investimentos em ciência e tecnologia e do sucateamento das universidades públicas, conforme têm ocorrido no país nos últimos anos.

Diferentemente do modelo internacional que serve de modelo e métrica, no Brasil, os professores e pesquisadores brasileiros desempenham muitas outras atividades além da pesquisa, sendo responsáveis por dar contra e articular ensino, extensão, atividades administrativas e de gestão, resultando em menos tempo para dedicar-se a cada uma dessas tarefas e gerando conflitos de prioridades. O produtivismo acadêmico tem gerado a precarização do trabalho docente nas instituições de educação superior brasileiras e alguns estudos têm mostrado as consequências disso para sua vida profissional e pessoal (SILVA, 2019).

A dinâmica do trabalho dos pesquisadores, professores universitários em sua maioria, com seus desafios e compensações, certamente exerce influência no resultado das pesquisas que realizam. Assim, estudar esse fenômeno, “o fazer científico” desses pesquisadores nas realidades nas quais estão inseridos, pode auxiliar numa maior compreensão e contribuir para avançar o debate sobre as particularidades, os desafios e as perspectivas da ciência da administração pública no Brasil.

Tais discussões sobre a ciência e suas práticas e as questões que elas suscitam aparecem como uma preocupação na própria literatura do campo, como será discutido adiante. Nas últimas décadas, o debate epistemológico sobre a

administração pública tem se ampliado, indo além da mera análise da produção científica do campo. As publicações têm questionado a qualidade e o alcance das pesquisas e apresentado desafios para o campo, incluindo a necessidade de explorar novas abordagens teóricas e diferentes métodos, epistemologias e matrizes epistêmicas. A própria Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) destaca que a “discussão de matrizes ontológicas e epistemológicas tem sido levantada no intuito de relatar a importância de compreensão do campo, por meio de um olhar multifacetado” (ANPAD, 2020).

Diante dessa problematização e para fazer avançar esse debate, este artigo busca explorar os estudos que discutem a ciência da administração pública no Brasil, buscando evidenciar as contribuições das discussões recentes no âmbito do *science studies* (estudos sobre a ciência) para renovar a agenda de pesquisa no campo. Mais particularmente, busca-se refletir sobre as novas vias analíticas que a sociologia das práticas científicas pode oferecer para o avanço das reflexões epistemológicas nesse sentido.

Para tanto, o artigo se estrutura em três seções complementares, além dessa introdução. Primeiramente, realiza-se uma revisão sistemática de literatura para compreender os contornos do debate nacional sobre a ciência da administração pública. Num segundo momento, aborda-se a trajetória do campo dos *science studies* no que diz respeito ao percurso da sociologia da ciência até a abordagem da sociologia das práticas científicas. Por fim, são sugeridas possibilidades para uma agenda de pesquisa no campo da administração pública no Brasil, apoiada nos recentes avanços no campo da sociologia da ciência.

O Debate sobre a Ciência da Administração Pública no Brasil

Para melhor compreensão das discussões acerca da ciência da administração pública no Brasil, foi realizada uma revisão sistemática sobre o assunto, com o objetivo de conhecer os rumos desse debate e suas prováveis lacunas. A pesquisa foi conduzida na base de dados Scielo, que concentra periódicos científicos brasileiros de diferentes áreas temáticas, existente desde 1998 (SCIELO, 2019). Outro repositório

utilizado foi a Spell, base oficial da Anpad, existente desde 2012 e que concentra artigos científicos classificados no Qualis de administração pública, administração de empresas, contabilidade e turismo, no estrato B5 ou superior, além de artigos das áreas de economia e de engenharia (SPELL, 2019).

Em ambas as bases foram utilizadas palavras-chaves que representam os cursos existentes no campo de públicas no Brasil, de modo que englobassem a ciência da administração pública de forma ampla: “administração pública”, “gestão de políticas públicas”, “gestão pública”, “gestão social” e “políticas públicas”. Cada um desses termos foi utilizado em uma busca diferente, associado com outras duas palavras-chaves: (e) “ciência” (ou “disciplina”. A parte do material selecionada para a procura dos termos foi o “resumo”. O período para as buscas foi deixado em aberto, englobando materiais de todas as épocas existentes nessas bases até o final de novembro de 2019, quando se realizou a revisão.

Na pesquisa através do Scielo, inicialmente retornaram 455 trabalhos, porém a maioria estava fora do escopo procurado, abrangendo estudos das mais diversas áreas do conhecimento. Assim, foram acrescentados os filtros de: a) área temática de ciências sociais aplicadas; b) tipo de leitura no formato de artigo; e c) idiomas em português, espanhol e inglês. O resultado dessa busca para o termo “administração pública” foi de 292 artigos, enquanto para o termo “políticas públicas” foi de 3 artigos. Para os demais termos não houve retorno de artigos científicos após a utilização desses filtros.

Seguiu-se, então, para a leitura dos títulos e resumos dos 295 artigos encontrados, obtendo-se somente 24 artigos finais que possuíam relação com o tema (“administração pública” e “ciência” ou “disciplina”). Após essa seleção final de artigos no Scielo, os mesmos foram exportados da base no formato RIS para o software EndNote X8, onde posteriormente foram organizados, comparados com os materiais encontrados via Spell (sendo eliminadas as redundâncias), lidos na íntegra e classificados conforme abordagem realizada para o tema.

Na pesquisa através do Spell, o resultado para os termos “administração pública” foi de 341 artigos; “gestão de políticas públicas”, 327 artigos; “gestão pública”, 336 artigos; “gestão social”, 351 artigos; e “políticas públicas”, 346 artigos. Os artigos encontrados eram principalmente das áreas de administração empresarial e de contabilidade, e a maioria deles se repetia na busca desses termos. Na sequ-

ência houve a leitura dos títulos e resumos, chegando-se a apenas 11 artigos com aderência ao tema: 10 artigos sobre administração pública e ciência ou disciplina; e 1 artigo sobre gestão de políticas públicas e ciência ou disciplina. Após a seleção final de artigos no Spell, os mesmos também foram exportados para o software EndNote X8.

Nesse software, os artigos selecionados pelas diferentes bases foram reunidos e deles foram retirados aqueles que estavam em duplicidade. O número final de artigos encontrados foi de 32, porém, com a leitura integral dos mesmos, ainda foram excluídos trabalhos que fugiam dos temas de interesse, restando 27 artigos. Os trabalhos foram, então, agrupados por semelhança, de onde se chegou a três linhas principais de discussão: a) artigos que tratavam sobre o ensino em administração pública no Brasil (9 artigos); b) artigos sobre a pesquisa em administração pública no Brasil (9 artigos); e, por fim, c) estudos epistemológicos sobre a ciência da administração pública brasileira (9 artigos), demonstrando certo equilíbrio no tratamento das linhas no debate nacional.

Quanto às características gerais desses trabalhos, o período que os englobou foi de 2003 a 2019. A maioria foi publicada em períodos mais recentes, com dois terços dos artigos sendo publicados entre 2010 e 2019, o que indica uma ampliação do debate na última década. No início dos anos 2000 houve menos publicações, enquanto os períodos com mais trabalhos foram os anos de 2008 (4 artigos) e 2016 (4 artigos). As autorias dos trabalhos foram bastante pulverizadas, com a maioria dos autores publicando somente um trabalho na área. As revistas onde ocorreram mais publicações foram Cadernos Ebape (9 artigos) e Revista de Administração Pública (10 artigos), periódicos específicos da área e vinculados à FGV, uma instituição com tradição acadêmica na administração pública. Os demais artigos se dividiram entre sete revistas. A seguir é apresentada a análise dos trabalhos encontrados, organizada nas três principais linhas de discussão em que foram classificados.

O DEBATE SOBRE O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Um primeiro grupo de estudos encontrados na revisão sistemática aborda o ensino da administração pública no Brasil. Nesses trabalhos os autores tratam da interface entre o ensino, a ciência da administração pública e os ciclos de reforma do Estado, fazendo um resgate da trajetória da administração pública enquanto

disciplina e seu desenvolvimento em diferentes períodos da história nacional (BERTERO; BARROS; ALCADIPANI, 2019; COELHO; NICOLINI, 2013; COELHO; NICOLINI, 2014; COELHO; OLENSCKI; CELSO, 2011; WANDERLEY, 2016). Tais estudos ressaltam que o ensino de administração pública no país acompanha as transformações do papel do Estado ao longo do tempo. Os ciclos da disciplina parecem se relacionar diretamente com aqueles da administração pública em termos de importância (e volume de cursos), em termos de configuração (e conteúdo/divisões desses cursos) ou de perfil dos egressos. Atualmente, a disciplina tende a demarcar melhor o seu espaço com relação à administração empresarial.

Outros estudos concentram nos novos rumos do campo (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2016), buscando compará-los com a realidade de outros países (PECI; FREITAS; SOBRAL, 2008) e/ou discutir os alcances e limites do ensino da administração pública no Brasil. Por exemplo, Oliveira e Sauerbronn (2007) refletem sobre os desafios do ensino numa nova conjuntura de ampliação institucional da formação, advogando por maior investimento na formação docente, regulação do ensino, uso de novas tecnologias, maior foco nos praticantes e reformulação da estrutura curricular dos cursos a partir de uma lógica pública que se opõe a lógica de mercado, predominante na formação em administração.

Nessa mesma linha, Coelho (2008) discute, a partir de uma pesquisa realizada em alguns bacharelados em administração com habilitação em administração pública, as lacunas e perspectivas do ensino. O autor reuniu três grupos de obstáculos encontrados: a) atração de alunos cada vez mais difícil, devido ao desgaste da imagem/desmoralização do Estado e pela falta de perspectivas de inserção profissional; b) formação acadêmica, pela falta de identidade dos cursos, com a indefinição quanto ao seu papel e formato e o mimetismo em relação à administração de empresas, com carência de corpo docente especializado, inclusive devido à falta de cursos de pós-graduação na área, além das falhas na interface teoria-prática; e c) inserção profissional, que muitas vezes acaba ocorrendo pelo egresso no setor privado, visto que a carreira de administração pública depende de aprovação em concurso público, rede de relações profissionais/capital social, entre outros.

Outra característica importante desses estudos é que os mesmos focam mais no ensino de graduação, no seu currículo e na sua formação, não aprofundando nas questões do ensino da pós-graduação e seus desafios.

A PESQUISA E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

O segundo conjunto de estudos refere-se à pesquisa em administração pública no Brasil. A maioria desses trabalhos concentra-se em analisar a produção científica da disciplina, ressaltando questões sobre sua qualidade e diversidade em termos teóricos e metodológicos, bem como sua consistência científica (FADUL et al., 2014; HOCAYEN-DA-SILVA; ROSSONI; FERREIRA JÚNIOR, 2008; PAULA; KE-INERT, 2016; ROSSONI; GUARIDA FILHO, 2009; ROSSONI; HOCAYENDA-SILVA; FERREIRA JÚNIOR, 2008; PACHECO, 2003; PECI, 2018; SMOLSKI et al., 2017; SOUZA; ARAÚJO, 2003). Embora os artigos analisados compreendam um espaço de mais de vinte anos de pesquisa, algumas características e preocupações no campo científico da administração pública permanecem.

Uma característica importante é de que a comunidade de pesquisa da área é restrita, o que se reflete no reduzido número de programas de pós-graduação com foco em administração pública. Isso faz com que haja uma concentração da produção científica em determinados autores e instituições, incorrendo-se no risco dessa produção tornar-se aquilo que Pacheco (2003) denomina como “autorreferida”. Conforme levantamento das diferentes pesquisas e períodos, a produção da área concentra-se em determinadas regiões do Brasil, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Distrito Federal e Minas Gerais. É nesses estados, também, que estão localizados os programas de pós-graduação mais tradicionais da área, em termos de tempo de existência, de volume de publicações e de parcerias com programas de outros estados.

De um lado, é recorrente nos trabalhos a preocupação com a recursividade a determinados temas, como reforma administrativa e gerencialismo na administração pública, acompanhando os movimentos da gestão pública brasileira. Por outro lado, também há preocupação com a falta de estudos comparados e com a grande amplitude de temas e objetos de estudo nas pesquisas, levando à pouca cumulatividade desses estudos. Neste último caso, outra característica é apresentada: muitos autores produzem poucos trabalhos na área, sobretudo por não possuírem a administração pública como foco de suas pesquisas. Isso faz com que os mesmos tenham apenas uma ou outra incursão em temas da área ou realizem pesquisas em organizações públicas de forma isolada, utilizando-se de referenciais de outras disciplinas para análise, especialmente os da administração empresarial.

Também é possível observar que o volume da produção científica vem se ampliando no país. Assim, a preocupação maior no estágio atual passou a ser com a qualidade desses trabalhos, sua sistematização e densidade analítica, assim como, com a necessidade de maior internacionalização da produção científica. Quanto ao perfil das autorias, da mesma forma que tem ocorrido nos trabalhos sobre o ensino em administração pública, as coautorias aumentaram ao longo do tempo, atualmente apresentando uma média de dois autores por artigo.

ANÁLISES EPISTEMOLÓGICAS NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Finalmente, um terceiro grupo de estudos se concentra em discutir mais detalhadamente a epistemologia da ciência em administração pública (ABREU, 2010; ABREU; HELOU; FIALHO, 2013; ANDION, 2012; CAPELARI; AFONSO; GONÇALVES, 2014; GUERRA et al., 2011; FADUL; SILVA, 2009; FADUL; SILVA; SILVA, 2012; SILVA; MATIA, 2016; SILVA; PEREIRA; ALCÂNTARA, 2012), linha na qual está focado este artigo. Destaca-se que, dentre estes, poucos utilizam uma abordagem amparada na sociologia da ciência (GUERRA et al., 2011; FADUL; SILVA; SILVA, 2012), com a maioria deles focando em discussões sobre as correntes, paradigmas e as lentes ontológica e epistemológica utilizadas nos estudos da área.

Os estudos epistemológicos analisados, em geral, buscam compreender as abordagens teóricas pelas quais são tratados os fenômenos da administração pública no Brasil: se há continuidade em determinadas linhas de pensamento ou se há rompimento desses padrões. Alguns trabalhos também propõem a utilização de diferentes perspectivas epistemológicas para analisar as teorias que compõem a administração pública e também para analisar o campo de conhecimento como um todo, buscando compreender seus limites, desafios e possibilidades.

É recorrente, nos estudos, a crítica ao modelo predominante de administração pública, que segue uma razão instrumental, voltada para o mercado e desconsiderando a dimensão de participação social, cujos fundamentos influenciam a prática e a pesquisa na área. Assim, alguns trabalhos sugerem novas abordagens para tratar dos desafios atuais da administração pública. Também se reivindica uma maior autonomia para esse campo de estudos, no sentido de maior independência com relação aos fenômenos predominantes nas esferas política e econômica nacionais, sobre os quais muito se descreve e pouco se teoriza.

Quanto aos estudos sob a perspectiva da sociologia da ciência, encontraram-se poucos trabalhos e os mesmos relacionavam-se especialmente às abordagens de Thomas Khun e Pierre Bourdieu, que serão discutidas adiante. Por outro lado, não foram encontrados trabalhos que tratassem mais detalhadamente sobre as práticas de cientistas no campo da administração pública.

Este trabalho defende que a dinâmica do trabalho dos cientistas, com seus desafios, exerce influência sobre a ciência e seus resultados. Assim, estudar esse fenômeno “do fazer científico” dos cientistas da administração pública nas realidades em que estão inseridos, pode auxiliar numa maior compreensão e contribuir para avançar o debate sobre as particularidades dessa ciência no Brasil.

Nesse sentido, este artigo busca explorar as possibilidades de análises amparadas em abordagens mais recentes da sociologia da ciência ou dos *science studies*, expressão que denomina o campo de estudos sobre as ciências no âmbito internacional a partir da segunda metade do século XX (BLOOR, 2009; BOURDIEU, 2013; LATOUR, 2012; MERTON, 2013; PICKERING, 1992). Tais abordagens buscam compreender o fazer científico, seus desdobramentos e descobertas, tratando não apenas do sujeito ou do objeto de investigação como fenômenos estanques, separados, mas como elementos que se retroalimentam, considerando-se o que se produz a partir dessas interações.

A sociologia da ciência explora os bastidores da ciência, do trabalho dos cientistas e ajuda a compreender as questões referentes a estrutura, princípios e poder nesse meio (BLOOR, 2009; BOURDIEU, 2013). A sociologia das práticas científicas, em específico, tem como foco as práticas dos pesquisadores no seu dia a dia de trabalho e em como estes influenciam a própria ciência (BARTHE et al., 2016; LATOUR, 2012; PICKERING, 1992). Tratam-se de abordagens com unidades de análise diferentes, mas que compartilham do mesmo princípio, de relacionar intimamente os mundos social e científico, buscando a análise do relacionamento entre os cientistas, e destes com o mundo exterior na prática da ciência (HOCHMAN, 1994).

Nessa perspectiva, a ciência é percebida enquanto instituição social, fruto do trabalho humano e, portanto, perpassada pelos diferentes problemas e configurações existentes na sociedade. Ela não é considerada um sistema neutro, regido puramente pela meritocracia, mas uma atividade sujeita à interferência das questões sociais e materiais que a cercam, assim como, da subjetividade dos próprios cien-

tistas. A seguir essa discussão é explorada mais detalhadamente e, na sequência, propõe-se uma agenda de pesquisa a partir dessas abordagens, visando contribuir para desenvolver um olhar mais crítico e reflexivo sobre a ciência da administração pública no Brasil.

Da Sociologia do Conhecimento à Sociologia das Práticas Científicas

Como constata Bourdieu (2001) a emergência da sociologia do conhecimento pode ser interpretada como uma reação dos sociólogos da época para com os filósofos que dominavam o debate sobre o conhecimento. Para abordar essa passagem, torna-se fundamental retomar as contribuições de três autores seminais: o americano Robert Merton, o inglês David Bloor e o francês Pierre Bourdieu. Todos eles tratam do mundo da ciência a partir de uma perspectiva sociológica, interessando-se na dinâmica das descobertas científicas, das interações entre cientistas em seu trabalho e observando aspectos de estrutura social, poder e legitimação referentes ao conhecimento produzido. Entretanto, tais autores adotam lentes bem distintas para fazer essa análise.

Merton (2013) é o primeiro a pesquisar a ciência de um ponto de vista eminentemente sociológico, demonstrando a relação entre o meio institucional (valores, comportamentos, quadros culturais, etc.) e o desenvolvimento da ciência. Pode-se afirmar que Merton é pioneiro em trabalhar a sociologia da cultura científica, isto é, do seu *éthos*. Porém, embora demonstre que o ambiente institucional influencia o florescimento da ciência moderna, Merton ainda afirma uma autonomia da ciência e sua essencialidade, defendendo um ideal de ciência moderna, fundado nos princípios de neutralidade e objetividade. No clássico estudo “A ciência e a estrutura social democrática”, onde propõe uma análise normativa da ciência, Merton (2013b) deixa claro que nenhuma influência social sobre a elaboração do conhecimento científico pode resistir às provas empíricas. Munido de uma posição positivista, conclama a prevalência das leis exteriores ao homem. Portanto, assume que o sociólogo nada teria a dizer sobre a produção de conhecimento científico, mas apenas sobre a natureza das instituições da ciência (CAMINHA; ANDION, 2017).

Mais tarde abre-se espaço para uma crítica ao projeto da ciência clássica. Tal debate, que ocorre principalmente no âmbito filosófico, tem como principal expoente o trabalho de Thomas Kuhn. Na sua obra “A estrutura das revoluções científicas”, originalmente publicada em 1962, o autor propõe uma leitura sociológica da história das ideias científicas, introduzindo, através da noção de “paradigma”, elementos tanto cognitivos quanto sociais no desenvolvimento das ciências, colocando em xeque a ideia de um avanço puramente pautado em escolhas racionais (KUHN, 2001). Com Thomas Kuhn, entra em pauta a possibilidade de considerar as influências externas no desenvolvimento da ciência. Assim, seu trabalho serviu de chancela, como afirma Dubois (2001), para uma série de autores pós anos 1970 estudarem as dimensões sociais da ciência. Isso vai abrir espaço para uma evidente ruptura entre o que se fazia no campo da sociologia do conhecimento até Merton e o que surgirá com os trabalhos da sociologia da ciência. Observa-se, então, um movimento de “desnaturalização” da ciência, dando lugar a novas perguntas e a uma nova agenda de pesquisa. Nessa esteira se desenvolve o “Programa Forte” em sociologia do conhecimento científico, uma das linhas de pesquisa fundadoras de uma nova sociologia da ciência, tendo David Bloor (2009) como principal representante. Com isso, observa-se uma passagem de uma sociologia dos cientistas, dominada pelo estrutural-funcionalismo norte-americano de Merton, para uma sociologia dos saberes científicos (CAMINHA; ANDION, 2017).

Em “Conhecimento e imaginário social” (2009), David Bloor funda o “Programa Forte”, que ambiciona fazer com que a disciplina possa analisar o conhecimento científico. Bloor propõe se desvencilhar das inibições dos sociólogos perante a sagrada filosofia e fundar seus estudos sobre o conhecimento científico em base empírica (contra a especulação filosófica). À Sociologia, interessa o fato de que o conhecimento científico seja uma forma de crença tida como certa e investida de uma forte autoridade, tal qual a religião o foi em tempos pré-modernos. Para tanto, uma sociologia do conhecimento científico “forte” deve aderir necessariamente a quatro princípios epistemológicos: 1) deve ser uma sociologia causal e buscar pelas condições que produzem os estados de conhecimento. Há, nesta concepção, uma variedade de causas que produzem crenças, além das sociológicas. Causas psicológicas são de natureza diversa, porém igualmente determinantes. A Sociologia explica apenas a partir do seu ponto de vista e de seus limites de contribuição; 2)

deve ser imparcial, portanto, não julgar o conhecimento em termos de verdade ou falsidade, racional ou irracional. Julgamentos deste tipo são relativos; 3) simetria, que se aplica quanto ao modo da explicação. Os mesmos tipos de causa explicam crenças verdadeiras e falsas. A sociologia não deveria apontar apenas o que levou ao erro; 4) reflexividade, onde seu modelo explicativo deve ser aplicado à própria sociologia e, especificamente, a própria sociologia do conhecimento. Do contrário, a sociologia seria um espaço de refutação de suas próprias teorias. Se busca leis gerais sociológicas, ela, como ciência, deve estar sujeita às leis sociais tal qual as ciências duras. (CAMINHA; ANDION, 2017).

Além do Programa Forte, outro pilar fundamental na institucionalização da “disciplina sociologia da ciência” foi o trabalho de Pierre Bourdieu. Dono de uma obra vasta, percorrendo variados espaços empíricos, Bourdieu formulou sua sociologia da ciência a partir de sua noção de campo social, tratado em três principais obras: “O campo científico” (2013), “Os usos sociais da ciência” (2004) e “Para uma sociologia da ciência” (2001). Para compreender sua visão de ciência é necessário entender a noção de “campo”, em geral, para se chegar à noção de campo científico na sequência. Grosso modo, a teoria dos campos visa compreender um elemento em relação a uma situação total da qual faz parte. Os elementos estariam relacionados entre si, mas em constante tensão. Esse campo de relação é, portanto, um campo de lutas, de tal modo que se impõe uma visão conflitiva do mundo social, onde existem arenas em que a competição, a dominação e o desconhecimento prevalecem sobre a cooperação e o desinteresse. O campo possui uma estrutura que configura os eventos singulares dentro dele. Tal estrutura é determinada pela distribuição de capitais, ou seja, espaço de posições sociais onde os lugares são determinados pelas desigualdades entre os diferentes capitais (recursos socialmente valorizados). Em todo campo há posições dominantes e subordinadas, de tal modo que essas posições são espacialmente distribuídas em função do volume e da estrutura do capital possuído e temporalmente em função da trajetória social dos agentes (CAMINHA; ANDION, 2017).

A partir desses conceitos gerais, Bourdieu (2004) aponta que os campos variam conforme seu grau de autonomia. Campos mais autônomos, como é o caso do “campo científico”, seguem a lógica do verdadeiro ou falso. Já campos mais heterônomos, como o político, seguem a lógica do amigo ou inimigo. É a regra, por-

tanto, no campo científico, que os produtores produzam para seus pares e não para a audiência de massas, como é o caso de alguns setores do campo cultural, mais imbricados aos poderes econômico e político. Parte-se, portanto, da concepção de que produção e recepção de conhecimento científico são social e historicamente determinados. Se a produção do conhecimento é função das posições sociais distribuídas numa estrutura social, as formas de recepção das estruturas mentais e cognitivas variam também em função da posição. A dinâmica desse campo é, assim como todo campo, a competição. No caso da ciência, Bourdieu (2013) a vê de modo politizado, cujo nível de politização é uma função direta da autonomia. Todo conflito teórico é um conflito social, haja vista que não há autonomia perfeita e definitiva no real. Todos os pontos de vista da ciência estão pautados em desejos de poder e reconhecimento, onde grupos querem tornar suas interpretações particulares da realidade, a interpretação universal. Assim, o campo científico é uma arena de competição que tem por objetivo brigar pelo monopólio da autoridade científica. Mesmo que, em alguns casos, os cientistas tenham aversão ao acúmulo de dinheiro e poder político, eles direcionam suas práticas ao acúmulo de capital científico. Assim, o campo científico é uma arena de competição, que tem por objetivo brigar pelo monopólio da autoridade científica. Mesmo que, em alguns casos, os cientistas tenham aversão ao acúmulo de dinheiro e poder político, eles direcionam suas práticas ao acúmulo de capital científico (CAMINHA; ANDION, 2017).

Desenvolvendo sua análise a partir da herança deixada pelos demais autores citados, Bourdieu (2013) percebe a descoberta científica como um produto resultante de condições sociais de produção. O campo da ciência “é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros” (BOURDIEU, 2013, p. 112). A suposta concorrência existente nesse campo contradiz a ideia de “comunismo” da ciência defendida por Merton (2013). O jogo de interesses que Bourdieu (2013) descreve, em nada se assemelha ao perfil desinteressado do cientista. Suas descrições dos bastidores da ciência apresentam um mundo de humanos, de disputa de poder, de orgulho, de hierarquias e tradições muito fortes que levam a reprodução dessas práticas. Definições das prioridades científicas, dos objetos de estudo, dos métodos e da publicação dos resultados são permeadas pela política e pelo interesse. Não há “ciência pura” para Bourdieu (2013).

Bourdieu (2013) faz, assim, uma transposição de conceitos da economia política, relacionados à valorização do capital e de inspiração marxista (MARX, 2008), para analisar a estrutura social da ciência. Nesse sentido, o cientista fará o seu “investimento” naquelas opções que lhe gerarem o maior “retorno”. No contexto da ciência, as prioridades científicas serão dadas aos trabalhos que trouxerem maiores prestígio, reputação e status, traduzidos no currículo do cientista.

Não há “escolha” científica – do campo da pesquisa, métodos empregados, lugar de publicação; ou entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro científico, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes. (BOURDIEU, 2013, p. 116).

Bourdieu (2013) acredita que a estrutura social, onde as condições materiais (economia, educação e linguagem) explicam a consciência do homem, determina o comportamento do cientista e, conseqüentemente, os rumos da ciência. Há uma tendência de reprodução dessas práticas, mas também é possível a subversão, o rompimento, a mudança. O autor inicia então uma transição para novas perspectivas analíticas nos estudos sobre as ciências. A sociologia da ciência se amplia e se diversifica a partir dos anos 1980, abrindo espaço para outras perspectivas, como a da sociologia das práticas científicas, cujas contribuições serão exploradas a seguir.

A SOCIOLOGIA DAS PRÁTICAS CIENTÍFICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Por sociologia das práticas científicas denomina-se um campo de estudos mais recente, dos *science studies*, que se interessa em compreender o fazer científico e não apenas a sua estrutura (campo) ou os seus resultados (produção científica). Como o nome indica, trata do estudo das práticas científicas, onde o pesquisador vai a campo para compreender a realidade da ciência através dessas práticas. Difere-se da sociologia do conhecimento científico quanto a sua crença de que a ciência é eminentemente um “produto social”, mas mantém alguns de seus pressupostos, como os princípios de imparcialidade, simetria e reflexividade do Programa Forte de Bloor (2009). Na sociologia das práticas evitam-se pré-julgamentos sobre o conhecimento e a ciência, valorizando a investigação empírica sobre o fazer científico.

Um autor importante nessa área é o americano Andrew Pickering, que escreveu o livro “Ciência como prática e cultura” (1992). No primeiro capítulo, o autor faz um resgate histórico dessa mudança de foco da sociologia da ciência: “da ciência como conhecimento à ciência como prática”. E retoma o surgimento da sociologia do conhecimento científico (*Sociology of Scientific Knowledge – SSK*) no início dos anos 1970, cujos centros de referência foram Edimburgo e Bath. O primeiro, com uma abordagem macrossocial, buscou traçar conexões “causais” entre variáveis sociológicas, como os interesses de grupos relevantes e o conteúdo do conhecimento sustentado por esses grupos; e o segundo, com uma abordagem microssocial, investigou a produção de conhecimento consensual como resultado de “negociações” entre atores (PIECKERING, 1992).

Conforme discute Pickering (1992), no final dos anos 1970, novas abordagens surgiram na Europa e nos Estados Unidos. Surge o primeiro estudo etnográfico publicado no livro “Vida de laboratório”, de Bruno Latour e Steve Woolgar, na França. Nos Estados Unidos, Harold Garfinkel, Michael Lynch e Eric Livingston começaram a apresentar suas perspectivas etnometodológicas para estudar o que ocorre no laboratório. Filósofos da ciência começaram a desenvolver uma nova abordagem empírica para a sociologia da ciência e surgem também perspectivas pragmáticas para o estudo da ciência e da tecnologia, dentre as quais destacam-se a Teoria Ator-Rede (LATOUR, 1999). Assim, nos anos 1980 havia uma variedade de novas abordagens para compreender a ciência, unidas por uma recusa de apriorismo filosófico e pela sensibilidade para as dimensões sociais da ciência, mas também diferindo em alguns pontos (PIECKERING, 1992).

Pieckering (1992) buscou destacar o que resultou disso tudo: o movimento em direção ao estudo das práticas científicas, sobre o que os cientistas realmente fazem, e o movimento associado para o estudo da cultura científica ou o campo de recursos em que essa prática opera. Para ele, a visão das correntes tradicionais da sociologia do conhecimento, de Merton, passando por Bloor até Bourdieu, não ofereciam o aparato conceitual necessário para captar a riqueza do fazer ciência, o denso trabalho de construir instrumentos, planejar, executar e interpretar experimentos, elaborar teorias, negociar para a gestão de laboratórios, revistas, agências de concessão de subvenções, e assim por diante. Tudo isso faz parte do processo de fazer ciência, das descobertas, mas que até então não era considerado pelos estudos da ciência.

Os diferentes elementos são interativamente estabilizados uns contra os outros, são “coproduzidos” sem nenhum elemento ou conjunto de elementos com qualquer prioridade. Conforme o autor avalia, os ensaios mostram que o tópico central é a prática e não o conhecimento, e que parece não haver garantia para atribuir prioridade causal ao social na compreensão da prática científica e cultural (PIECKERING, 1992).

Pieckering (1992) dialoga com os trabalhos de Latour (2012), que também seguem essa perspectiva de reintegração de teoria e prática, dos sujeitos e dos objetos, da natureza e da cultura. Em seu livro *Reagregando o social*, Latour (2012) redefine a noção de “social”, remontando a seu significado primitivo e capacitando-o a rastrear conexões novamente. Para o autor, o social não pode ser constituído como uma espécie de material ou domínio, um adjetivo, e assumir a tarefa de fornecer uma “explicação social” de algum estado de coisas ou mesmo da ciência.

A sociologia de associações proposta por Latour (2012) se coloca como um meio de compreender as redes existentes na sociedade e na ciência formada por humanos e não humanos (LATOURE, 1994), e cujas conexões irão transformá-las continuamente. Da mesma forma, essas interações natureza-sociedade estão presentes nas experiências e descobertas científicas, sem a tradicional separação desses polos como fizeram as ciências da natureza e a sociologia do conhecimento. “A prática é onde natureza e sociedade e o espaço entre elas é continuamente feito, desfeito e refeito” (PIECKERING, 1992, p. 21).

Em seu livro, “Jamais fomos modernos”, Latour (1994) faz menção à crise da ciência moderna, apresentando uma série de questionamentos aos pressupostos ou às divisões estanques quanto aos tipos de conhecimento. Comenta sobre o quanto as diferentes áreas do saber estão imbricadas, apesar de serem consideradas separadas da ciência, e o quanto um fato científico impacta ou é impactado por todas as demais áreas. “Multiplicam-se os artigos híbridos que delineiam tramas da ciência, política, economia, direito, religião, técnica, ficção” (LATOURE, 1994, p. 8), apesar das constantes tentativas de separá-los, de não misturar conhecimento, interesse, justiça e poder.

Assim, a Teoria Ator-Rede (TAR) de Latour (2012) é uma abordagem que se propõe investigar muitos dos fenômenos complexos contemporâneos, inclusive a

ciência e a tecnologia, a partir das práticas. Conforme lembra o autor, “em situações nas quais as inovações proliferam, em que as fronteiras de grupo são incertas, em que o leque de entidades a considerar flutua, a sociologia do social não consegue mais encontrar novas associações de atores” (LATOURE, 2012, p. 31). É aqui que a TAR oferece suas contribuições. Na TAR,

cumpra “seguir os próprios atores”, ou seja, tentar entender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer. (LATOURE, 2012, p. 31)

Diante do exposto, pode-se indagar: “quais são as contribuições de uma leitura da sociologia das práticas científicas para o estudo da ciência da administração pública?” Nesse sentido, a próxima seção busca responder esse questionamento.

Contribuições da Sociologia das Práticas Científicas para o Estudo da Administração Pública: Sugerindo uma Agenda de Pesquisa

Com base no que foi discutido, acredita-se que a utilização das abordagens da sociologia da ciência e das práticas científicas pode contribuir para fazer avançar o debate teórico e a pesquisa empírica no campo de estudos sobre a ciência e a epistemologia da administração pública no Brasil. Isso porque, como abordado anteriormente, as discussões no campo ainda exploram muito pouco as contribuições dos estudos recentes sobre a sociologia da ciência, seja inspirando-se nos trabalhos de Bloor (2009) e de Bourdieu (2013), seja explorando uma agenda de pesquisa mais arrojada, com base nas discussões mais recentes no campo da sociologia das práticas científicas.

As consequências se apresentam em termos ontológicos, levando em conta a compreensão do fazer científico enquanto fenômeno central a ser pesquisado, e epistemo-metodológicos, sendo as práticas também vistas como formas de construir o conhecimento e de pesquisar e acessar o real. No primeiro caso, permite que o pesquisador analise as práticas científicas (suas e dos demais) e não somente as

estruturas, as representações, as crenças e culturas, tomando distância de uma abordagem meramente estrutural e aproximando-se das situações reais, da ciência da administração pública como ela é, com suas tensões e dilemas. No segundo caso, trata-se de conceber o foco nas práticas como um “procedimento”, possibilitando abordar a ciência a partir da análise de suas consequências, efeitos e usos (e não apenas dos seus papéis, funções ou utilidades).

Tudo isso pode auxiliar, para além das “deficiências” ou “avanços” em termos científicos na administração pública brasileira, em uma melhor compreensão dos “porquês” dessa configuração. Tomando por base a contribuição dos autores e abordagens explorados até aqui, relacionam-se a seguir algumas questões que podem ser exploradas para a construção de uma agenda de pesquisa futura no âmbito dos estudos sobre a ciência da administração pública no Brasil.

UM OLHAR QUE DESNATURALIZA A CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E QUE VAI ALÉM DA UNIVERSIDADE

Uma abordagem sociológica da administração pública e suas práticas implica acompanhar a ciência sendo construída e seus desafios, permitindo se descolar dos discursos oficiais. Isso possibilita olhar para essa ciência como não restrita aos muros da universidade e aos programas de pós-graduação. Uma perspectiva pragmatista da ciência implica “acompanhar os (as) cientistas” (sejam eles (as) quem forem ou o que realizarem) e respeitar o princípio de simetria, não prejudgando *a priori*. Isso implica tratar os argumentos e pontos de vista com “indiferença metodológica” e respeitar o pluralismo. Desse modo, pode-se desvelar outros espaços de fazer científico e outras comunidades epistêmicas pouco estudadas, como os *experts* da administração pública, os tecnocratas e os burocratas de rua, os políticos, os institutos de pesquisa públicos e privados, os gestores da sociedade civil, as comunidades afetadas, entre outros. Muitas vezes essas instituições e atores, apesar de invisibilizados na construção científica, estão mais próximos dos problemas públicos ou das experiências públicas, realizando investigação científica e influenciando a resolução dos problemas públicos, merecendo ser considerados.

Além disso a ciência da administração pública interfere na vida, no trabalho e no bem-estar da população, e analisar as suas consequências também importa. O exemplo desastroso do governo federal na coordenação de ações de combate à

Covid 19 (ABRUCIO et al., 2020) ilustra o quanto é necessário avançar nessa área, onde foi mais rápido produzir, testar e aplicar vacinas em escala mundial do que viabilizá-las à população de um país com recursos financeiros, humanos e estrutura física e logística suficientes para tanto. Se a ciência da administração pública não puder contribuir para esse avanço, quem poderá fazê-lo?

Aqui pode-se visualizar um exemplo da necessidade de transpor os muros das universidades para que a administração pública seja uma ciência acessível à sociedade como um todo, estimulando processos de “investigação pública” (SHELDS, 2014). Além disso, é importante que os cientistas da administração pública se interessem pela investigação da própria ciência enquanto instituição, com seus objetivos, recursos, métodos, materiais, redes, alcances e limites.

Num exercício de reflexividade, outras questões surgem, como: quais são as contribuições da ciência da administração pública brasileira para o enfrentamento dos problemas públicos cada vez mais robustos e complexos? Como ocorre o trabalho dos cientistas no seu dia a dia e como ele é atravessado pelas questões de gênero, raça, classe e demais desigualdades que permeiam a sociedade?² Como se produz conhecimento e quais têm sido as possibilidades de discussão e divulgação entre os pares e para a sociedade? Além disso, o negacionismo generalizado à ciência (ESCOBAR, 2021) e a restrição de recursos para financiamento de estudos, entre outros, são questões importantes que afetam a prática científica e seus resultados, mas possivelmente não constarão em registros/estudos futuros sobre a ciência de hoje, dificultando a sua compreensão.

Assim, o tipo de lentes oferecidas pela sociologia da ciência e, mais particularmente, pela sociologia das práticas científicas – identificando fatores macrosociais que intervêm no trabalho científico, mas também o quanto o próprio trabalho dos cientistas em sua esfera microsocial pode afetar o desenvolvimento da ciência e da sociedade como um todo – podem contribuir para o avanço dessa ciência. Inclusive porque, macro e micro não são posições estanques; são performados nas situações do dia-a-dia, são consequências da articulação das redes de atores e não dados da realidade (REVEL, 1996; ALCADIPANI; TURETA, 2009).

2 Nesse sentido, o trabalho de Staniscuaski et al. (2020) em diferentes áreas do conhecimento aponta que a pandemia Covid 19 afetou de forma diferente o trabalho de cientistas homens e mulheres.

UMA MAIOR COMPREENSÃO DA CONFIGURAÇÃO DO CAMPO, SE SUA DELIMITAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS SOBRE O FAZER CIENTÍFICO

Aqui se incluem tanto análises históricas quanto análises estruturais do campo científico da administração pública. Análises essas que possam apresentar com mais clareza os padrões de configuração desse campo, incluindo as universidades e os programas de pós-graduação e/ou indo além, como discutido anteriormente. Tais estudos possibilitam compreender as estruturas de posições no campo, as instituições, os porta-vozes, suas redes de influência, as estratégias e as relações de poder que permeiam o fazer científico.

Essa compreensão do campo pode ser esclarecedora para entender os condicionantes institucionais que marcam as características levantadas pelos estudos da administração pública no país, como a comunidade científica restrita, pequena e com baixa internacionalização (CORRÊA et al., 2019; PACHECO, 2003), a concentração da produção científica em determinadas regiões geográficas e instituições (HOCAYEN-DA-SILVA; ROSSONI; FERREIRA JÚNIOR, 2008; PECI, 2018; ROSSONI; HOCAYEN-DA-SILVA; FERREIRA JÚNIOR, 2008; SMOLSKI et al., 2017), as recursividades em termos de temas de pesquisa (FADUL; SILVA; CERQUEIRA, 2011; PACHECO, 2003; PECI, 2018), entre outros.

Uma característica repetidamente apontada nos estudos é que a face multidisciplinar da administração pública cria empecilhos para a autonomia do campo científico (CORRÊA et al., 2019), em cujas pesquisas são utilizados conceitos não exclusivos da área, com teorias de outras disciplinas (FADUL; SILVA; CERQUEIRA, 2011), o que repercute em certa falta de identidade desse campo do saber. Um exemplo de análise nesse sentido, realizada a partir da sociologia da ciência e mais especificamente no trabalho de Pierre Bourdieu foi realizada no estudo recente de Caminha, Feuerschütte e Amboni (2020).

Com base nos fundamentos de Bourdieu, que posicionou a administração no setor heterônomo do campo acadêmico francês, os autores realizaram um debate sobre a construção histórica de autonomia e heteronomia do campo no Brasil, apontando elementos teóricos e empíricos para objetivar a relação entre a formação de suas elites dirigentes (ANPAD) e os conflitos decorrentes em torno da sua constituição, concluindo que a formação desta elite influenciou na reprodução da condição heterônoma do campo da administração no país. Dessa forma, uma aná-

lise sob a perspectiva da sociologia da ciência também pode ajudar a compreender tal característica em relação à ciência da administração pública. E indo além, pela abordagem da sociologia das práticas pode-se compreender como e por que as ações dessa instituição (ANPAD) ajudam a reforçar ou modificar essa condição de heteronomia do campo.

O ensaio de Fadul, Silva e Silva (2012) apresenta uma reflexão sobre a administração pública como campo de conhecimento, também embasada no pensamento de Bourdieu. A partir dessa discussão, evidenciam que: a) há forte vinculação entre a produção científica da área e as agendas de governo, sem que a administração pública consiga desenvolver uma agenda de pesquisa própria; b) a ausência de cursos específicos de administração pública em nível de graduação e pós-graduação também reduz as possibilidades de crescimento da área, e esses cursos não são de interesse do mercado ou do governo; e c) há poucos grupos de pesquisas específicos em administração pública no país, com poucos pesquisadores concentrados nesse campo (embora haja grande volume de pesquisas na área, muitas não têm continuidade).

Diante disso, os autores apresentam como necessidade para a emancipação do campo: libertar-se da regular análise dos movimentos ocorridos no panorama público nacional e suas consequências, para compreender teoricamente o que justifica esses movimentos, explicá-los à luz das teorias existentes ou desenvolver teorias que os expliquem; repensar a pesquisa e sua condição de submissão ou escravidão a esses movimentos; e estabelecer mais claramente os limites disciplinares, procurando a determinação do objeto e dos temas, e a coerência teórica e metodológica de sua abordagem.

Apresentando um contraponto a essa interpretação, Andion et al. (2023) analisaram conteúdos de Programas Pedagógicos (PPCs) de cinquenta e um cursos presenciais do Campo de Públicas (a maioria deles de administração pública), evidenciando que, ao contrário de ser um obstáculo, a autonomia e a interdisciplinaridade têm permitido expandir o escopo da formação do campo e do seu fazer científico, no sentido de explorar, nos currículos novos, saberes e competências necessárias para solucionar os complexos e multifacetados problemas públicos da atualidade. Como destacam os autores, longe de ser um problema, “o reconhecimento da interdisciplinaridade expressa nos PPCs pode ser considerado

como um diferencial dos cursos do campo, ao levar em conta as interações entre as dinâmicas sociais, culturais, técnicas e políticas que atravessam a gestão e as ações públicas”.

Dessa forma, assim como faz Andion (2023) amparando-se nos recentes debates do *science studies* para refletir sobre a administração contemporânea, questiona-se aqui a ideia preconcebida que desvaloriza a administração e administração pública por serem campos heterônomos e menos demarcados de outras disciplinas das ciências sociais, assim como da política, da ideologia e do senso comum. Tal interpretação permite rever a noção de autonomia do campo colocada inicialmente por Bourdieu como sinônimo de “independência”, trazendo para reflexão a importância da interdependência e da cooperação para a autonomia da administração pública, conforme se discute tão vivamente no Campo de Públicas.

Nessa mesma linha, Rossoni e Guarida Filho (2009) investigaram a presença de estruturas de cooperação entre programas de pós-graduação em administração (incluindo o enfoque em administração pública) através da análise de redes. Os autores chegaram à conclusão que os programas mais produtivos demonstram alto grau de colaboração entre si e também são os que exercem maior aproximação com outros não diretamente ligados. Isso levou-os a crer que aquilo que é considerado válido em termos acadêmicos não obedece aos critérios formais clássicos de construção de uma “boa ciência”. Aspectos sociais, como identificação, familiaridade e proximidade entre pesquisadores, por um lado, e prestígio, capacidades e acesso a recursos, por outro, também podem condicionar o que é considerado cientificamente relevante. Em outro estudo com análise de redes no campo de administração pública e gestão social, Rossoni, Hocayen e Ferreira Júnior (2008) constataram que a construção do conhecimento científico na área é fortemente influenciada pela estrutura de relacionamento entre pesquisadores e instituições.

Esses estudos fizeram uma análise ampla, relacionando PPGs a partir da publicação de autores em eventos temáticos da área, trazendo considerações importantes sobre a relação entre aspectos sociais e desenvolvimento científico. Investigar como se dão essas relações na prática, e por que se tornam tão importantes para a produção científica (inclusive influenciando no seu nível de produtividade), pode ser um exemplo de investigação que toma por base a sociologia das práticas científicas.

Nesse sentido, Alcadipani e Tureta (2009) apresentam a Teoria Ator-Rede como uma alternativa para suscitar a reflexão sobre o tema “centro-periferia” e seus reflexos na pesquisa em estudos organizacionais. Segundo os autores, a TAR pode contribuir com esta problematização, na medida em que discute como o estabelecimento de centros e periferias é um processo relacional permeado por inúmeras especificidades, portanto, somente podendo ser analisado de forma empírica. E destacam que os próprios discursos que denunciam a subordinação da academia nacional à academia estrangeira contribuem na construção do centro, já que o enunciam enquanto tal. A TAR, então, colocaria em evidência a necessidade de investigar como essas relações centro-periferia são desempenhadas cotidianamente, ao invés de se produzir e reproduzir discursos prontos, partindo de “perguntas auto-respondidas”.

Ao considerar os elementos humanos e não-humanos que envolvem a rede de relações que constroem e produzem centro e periferia, percebemos que muito mais do que uma definição a priori, esse rótulo (periferia) é o efeito de peças e porções do social e do técnico. Além disso, se formas de colonialismo são estabelecidas e existem até hoje, significa que este é um processo dinâmico fluido e múltiplo e que precisa ser explicado ao invés de ser assumido como existindo de forma clara, precisa e não problemática. (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 659).

Estudos nesse sentido, analisando as relações norte e sul, as questões de decolonialidade e justiça epistêmica, considerando as interações e as experiências, também podem oferecer reflexões a respeito do universo da pesquisa em administração pública e de como as relações centro-periferia e outras relações de poder e dominação se manifestam nessa área, assim como os seus efeitos sobre o fazer científico.

UM ACOMPANHAMENTO DAS PRÁTICAS E DO VIVIDO PELOS CIENTISTAS

Estudos amparados na sociologia das práticas tendem a privilegiar o jogo de escalas de análise e a interrelação entre a dimensão macro e micro da realidade social (REVEL, 1996; BARTHE et al., 2016). Portanto, tais estudos, por meio de métodos etnográficos, etnometodológicos ou fenomenológicos, podem permitir acompanhar mais de perto as provas e desafios enfrentados cotidianamente pelos cientistas, possibilitando compreender melhor como esses desafios são

enfrentados, e quais justificações, lógicas e formas de ação são colocadas em prática. Tais leituras podem possibilitar reconstituir situações e religar diferentes dimensões do fazer científico (social, institucional, cultural, político, etc.) pouco tratadas na literatura atual.

Um aspecto que marca a ciência atual é a cobrança pela “produtividade”, em termos de volume de publicações de artigos referentes às pesquisas realizadas pelos professores pesquisadores. Alguns estudiosos brasileiros da área de administração (ALCADIPANI, 2011a; ALCADIPANI, 2011b; MELO; SERVA, 2014; SANTANA, 2011; SILVA, 2019) têm se dedicado ao tema do “produtivismo” acadêmico, termo que expressa uma lógica de produção desenfreada que, seguindo o modelo americano, os programas de pós-graduação do país têm buscado pra atingir o desempenho necessário junto aos órgãos oficiais de financiamento e de controle científicos.

Utilizando-se da abordagem da sociologia da ciência, Melo e Serva (2014) investigaram a agenda do professor-pesquisador em administração, buscando compreender o conteúdo do seu trabalho, seus objetivos e as atividades dessa agenda. Os resultados indicaram que a carga de trabalho desses profissionais excede as 50 horas semanais e que as atividades de pesquisa (que deveriam ser as predominantes, conforme os objetivos dos mesmos naquele momento) são realizadas aos finais de semana na metade dos casos, sendo a vida privada desses profissionais invadida e reduzindo os limites entre o local de trabalho e o lar. Tal situação foi ainda mais crítica na pandemia, na qual essa separação entre casa e trabalho deixou de existir, e atingiu de maneira diversa as mulheres e os homens (STANISCUASKI et al., 2020).

Estudos desse tipo também podem ser realizados na área de administração pública, buscando conhecer a realidade do trabalho de pesquisadores da área, conhecendo suas rotinas, sua agenda, sua forma de produzir ciência local e materialmente, além de considerar aspectos referentes à produtividade acadêmica e as formas pelas quais respondem a esse tipo de controle institucional, considerando também recortes de gênero, raça, origem, entre outros.

Em sua análise sobre papel da RAP no contexto da pesquisa em administração pública no Brasil, Peci (2018, p. 507) destaca que “não precisamos de mais artigos publicados; hoje, o Brasil conta com mais de 100 revistas acadêmicas, um número que, por si, já muito diz a respeito da busca desenfreada por publicações”.

Outros estudos já citados anteriormente também apontam para o fato de que há produção crescente na área de administração pública, mas isso não significa melhoria da qualidade das pesquisas. Apesar do consenso, há uma lacuna ainda não explorada, no sentido de compreender o porquê disso, ou sobre como essa ciência tem sido feita para chegar a esses resultados, o que poderia ser investigado através do estudo das práticas dos pesquisadores da área.

Nesse debate mais amplo destaca-se o interesse em compreender melhor a influência das dinâmicas de gênero nesse fazer científico. Diversos estudos demonstram as desigualdades entre homens e mulheres no campo científico em todo o mundo e o Brasil segue esse padrão (ALBORNOZ et al., 2018; LIMA, 2018), embora a perspectiva de gênero e os diferentes olhares sobre as investigações possam influenciar o fazer científico e os seus efeitos, inclusive mudando resultados de pesquisas (QUEIROZ, 2020). Na ciência da administração pública são raros os estudos nesse sentido, no Brasil ou internacionalmente. Questões de gênero na ciência têm sido investigadas no país muito recentemente, mas com foco principal nas ciências exatas, tecnologia e saúde, com poucos estudos relacionados à ciência da administração ou a ciência da administração pública (ROSA, 2022).

Importantes passos para avançar nessa agenda têm sido dados recentemente, trazendo para o debate questões de gênero e diversidade, tanto para a compreensão das práticas científicas do campo quanto para demais discussões em administração e política. Destaca-se, nesse sentido, a tese original de Rosa (2022) e que recebeu o Prêmio Augusto Tavares 2023, intitulada “(Re)Conhecendo as contribuições e as experiências de mulheres cientistas na administração pública brasileira”, na qual este artigo se inspira. Ancorada numa abordagem da sociologia das práticas científicas e no feminismo crítico pragmatista, a autora realiza: a) um resgate histórico da contribuição de três gerações de mulheres cientistas para a constituição, legitimação e continuidade administração pública no Brasil; b) uma análise do campo científico da pós-graduação em administração pública e do lugar das mulheres cientistas nesse campo; e c) o resgate das experiências de vida de pesquisadoras do campo e como essas vivências são atravessadas pelas desigualdades de gênero.

Merece destaque, também, a atuação do grupo de pesquisa em Estado, Gênero e Diversidade, da Fundação João Pinheiro (FJP), criado em 2014, que tem

desenvolvido: informações e estatísticas com recortes de gênero e raça; pesquisas aplicadas e trabalhos técnicos que dão suporte à institucionalização das políticas públicas para as mulheres e a população negra; pesquisas acadêmicas no campo dos estudos feministas e antirracistas; e formação de servidores públicos, seja por meio do ensino ou da extensão. No último Encontro Anual da ANPAD (ENANPAD), um trabalho de integrantes desse grupo de pesquisa, intitulado “Ocupação feminina e negra do parlamento: avaliação de um mandato parlamentar periférico” (SOUZA et al., 2023) recebeu a premiação de artigo com maior contribuição para o contexto brasileiro, denotando a importância do tema para a área.

Considerações Finais

Conforme discutido, as sociologias da ciência e das práticas científicas têm muito a contribuir para o desenvolvimento de um novo olhar para a ciência da administração pública, devido à complexidade característica dos fenômenos científicos do campo e das inúmeras associações/conexões que existem entre os diferentes atores e as dimensões que os compõem. Trata-se de uma rica alternativa para os estudos das ciências, priorizando enfoques críticos, reflexivos e inovadores, que façam avançar a agenda de pesquisa do campo.

Em particular, como observado na revisão sistemática realizada inicialmente, os trabalhos que se debruçam sobre a ciência da administração pública no Brasil concentram-se principalmente em discutir o ensino e a pesquisa na área, sendo mais raros aqueles que discutem a própria ciência em termos de questões epistemológicas do campo, e mais raros ainda são aqueles que se debruçam sobre as práticas científicas. Para fazer avançar os estudos sobre essa ciência, é fundamental ir além da análise dos alcances e limites de sua produção científica e das teorias propostas ou adotadas. É necessário avançar em estudos empíricos sobre o fazer científico e suas consequências no campo e nessa produção. Isso implica observar esse fenômeno sob diferentes olhares, levando em conta suas diferentes dimensões, conforme ele realmente acontece, na prática diária – num movimento de associação, dissociação e reassociação entre atores humanos e não humanos, sendo influenciados (e influenciando) por fatores macro e microssociais.

Trata-se de se aproximar o máximo possível da “ciência sendo produzida”, ou seja, da sua dinâmica e das experiências vividas, levando em conta as múltiplas escalas desse processo. Isso permite reconstituir, analisar e aprender (sempre provisoriamente e de forma limitada) a complexa realidade científica, buscando também melhorá-la. Conforme definido por Pickering e Guzik (2008, p. 7) a ciência é um “*mangling*” uma “interação aberta e infinita, reciprocamente estruturada de agenciamentos humanos e não humanos”, sendo composta não pelo conhecimento produzido, mas por um *nexus* de práticas, ao mesmo tempo integradas e dispersas que têm o poder de (re)organização e (re)estruturação do real. Por isso tais práticas precisam ser, cada vez mais, objetos de estudo da própria ciência.

Para tanto, na última sessão foi proposto como isso se aplica à administração pública, abrindo novas vias na agenda de pesquisa que: a) “desnaturalizem” e questionem a ciência da administração pública, indo além dos muros universidade e interessando-se também pela ciência coproduzida e suas consequências em outros espaços, seja na administração pública, no Estado ou no mercado; b) criem oportunidades para melhor compreender a configuração do campo da administração pública, as suas desigualdades e respectivas consequências para o fazer científico, para os próprios pesquisadores e para a sociedade; e c) permitam compreender melhor as experiências, aquilo que é vivido pelos cientistas, explorando aspectos pouco discutidos e visíveis nos estudos sobre o campo no Brasil até então.

Referências

- ABREU, A. C. D.; HELOU, A. R. H. A.; FIALHO, F. A. P. Possibilidades epistemológicas para a ampliação da teoria da administração pública: uma análise a partir do conceito do novo serviço público. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 608-620, dez. 2013.
- ABREU, J. C. A. Modelos epistemológicos na administração pública: o discurso substantivo em Habermas acerca da democracia na sociedade da informação. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 1-20, jul. 2010.
- ABRUCIO, F. L.; GRIN, E. J.; FRANZESE, C.; SEGATTO, C. I.; COUTO, C. G. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, jul./ago. 2020.
- ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 18, n. 57, p. 345-348, abr./jun. 2011a.

- _____. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, opinião 3, p. 1174-1178, dez. 2011b.
- ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria ator-rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. *Organizações e Sociedade*, v. 16, n. 51, p. 647-664, out./dez. 2009.
- ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-19, mar. 2012.
- ANDION, C.; CRUZ, F. N. B.; MIDDLEJ, S.; SILVA, M. . A. F.; RIBEIRO, E. C. Campo de Públicas no Brasil: diagnóstico exploratório realizado pela rede de pesquisa do Campo de Públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 28, p. e86839, 2023.
- BARTHE, Y.; RÉMY, C.; TROM, D.; LINHARDT D.; BLIC D.; HEURTIN, J-P.; LAGNEAU E.; BELLAING, C. M.; LEMIEUX, C. Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 84-129, jan./abr. 2016.
- BERTERO, C. O.; BARROS, A.; ALCADIPANI, R. Missionários americanos na Bahia: o bacharelado em administração da Escola de Administração da UFBA. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 144-155, jan./mar. 2019.
- BLOOR, D. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Unesp, 2009.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2013.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BOURDIEU, P. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- CAMINHA, D. O.; ANDION, M. C. Sociologia da ciência: trajetória e atualidade de uma disciplina em renovação. In: *Anais do VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração*, 2017, Florianópolis, de 26 a 28 de abril de 2017.
- CAMINHA, D. O.; FEUERSTCHÜTTE, S. G.; AMBONI, N. Sociologia histórica de elites acadêmicas: uma proposta para o estudo da constituição da pós-graduação *stricto sensu* em administração no Brasil. In: ENCONTRO DA ANPAD, 44., 2020, Evento On-line. *Anais eletrônicos [...]*. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020. Disponível em: <https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=1726&cod_evento_edicao=106&cod_edicao_trabalho=28075>. Acesso em: fev. 2021.
- CAPELARI, M. G. M.; AFONSO, Y. B. G. A. D. C. S. S.; GONÇALVES, A. O. Alberto Guerreiro Ramos: contribuições da redução sociológica para o campo científico da administração pública no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 98-121, nov./dez. 2014.
- COELHO, F. S. A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 6, n. especial, p. 1-21, ago. 2008.
- COELHO, F. S.; ALMEIDA, L. S. B.; MIDDLEJ, S.; SCHOMMER, P. C.; TEIXEIRA, M. A. C. O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes 2015-2020. *Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP)*, v. 21, n. 3, p. 488-529, 2020.
- COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de administração pública no Brasil (1966-1982). *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 20, n. 66, p. 403-422, jul./set. 2013.

COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 367-388, mar./abr. 2014.

COELHO, F. S.; OLENSCKI, A. R. B.; CELSO, R. P. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983-94). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1707-1732, nov./dez. 2011.

CORRÊA, V.; COELHO, F. S.; TROTTMANN, P.; SARTI, F. M. Produção científica e rede de pesquisadores em administração pública no Brasil: uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 11, n. 3, p. 1-23, jul./set. 2019.

DUBOIS, M. *La nouvelle sociologie de sciences*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

ESCOBAR, H. A ciência contra o negacionismo: cientistas ganham espaço nas redes sociais, mas ainda é preciso crescer muito para superar a influência de grupos obscurantistas. *Jornal da USP*, São Paulo, 22/01/2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/a-ciencia-contra-o-negacionismo/>>. Acesso em: 27/05/2021.

FADUL, É.; SILVA, L. P.; CERQUEIRA, L. S. Análise do campo da administração pública através da produção científica publicada nos anais dos Enapps. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 16, n. 59, jul./dez. 2011.

FADUL, É. M. C.; SILVA, M. A. M. Limites e possibilidades disciplinares da administração pública e dos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 351-365, jul./ago. 2009.

FADUL, É. M. C.; SILVA, M. A. M.; SILVA, L. P. Ensaio de interpretações e estratégias para o campo da administração pública no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1437-1458, nov./dez. 2012.

FADUL, É.; COELHO, F. S.; COSTA, F. L.; GOMES, R. C. Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1329-1354, set./out. 2014.

GAETANI, F. O ensino da administração pública em um momento de inflexão. *Revista do Serviço Público*, v. 50, n. 4, p. 95-118, out./dez. 1999.

GONÇALVES, S. F. C.; OLIVEIRA, V. C. S. A constituição do movimento campo de públicas a partir da percepção de integrantes graduados em administração. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 8, n. 4, p. 202-211, out./dez. 2016.

GUERRA, L. C.B.; MENDONÇA, C. M. C.; FERNANDES, A. S. A.; SOUZA NETO, M. V. Análise epistemológica da nova administração pública à luz de Kuhn e Popper. *Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar*, v. 4, n. 1, p. 43-53, out. 2011.

HOCAYEN-da-SILVA A. J.; ROSSONI, L.; FERREIRA JÚNIOR, I. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 655-680, jul./ago. 2008.

HOCHMAN, G. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, V. (Org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências 1: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

- KHUN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- LATOURETTE, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- _____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator rede*. New York: Oxford University Press, 2012.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Resolução do CNE n. 1, de 13 de janeiro de 2014: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências*. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192>. Acesso em: 25 out. 2019.
- MELO, D.; SERVA, M. A agenda do professor-pesquisador em administração: uma análise baseada na sociologia da ciência. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, artigo 4, p. 605-632, jul./set. 2014.
- MERTON, R. K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- OLIVEIRA, F. B.; SAUERBRONN, F. F. Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, p. 149-170, 2007. Edição especial.
- PACHECO, R. S. Administração pública nas revistas especializadas: Brasil, 1995-2002. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 4, p. 63-71, dez. 2003.
- PAULA, A. P. P. de; KEINERT, T. M. M. Inovações institucionais participativas: uma abordagem exploratória da produção brasileira em administração pública na RAP e no EnAPG (1990-2014). *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 744-758, jul./set. 2016.
- PECI, A.; FREITAS, A. de A.; SOBRAL, F. O dilema qualidade versus quantidade no ensino em administração pública: uma análise da experiência norte-americana. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 6, n. especial, p. 1-11, ago. 2008.
- PECI, A. Pesquisa em administração pública: o papel receptor e indutor da Revista de Administração Pública. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 16, n. esp., p. 500-508, out. 2018.
- PICKERING, A. From science as knowledge to science as practice. In: PICKERING, A. *Science as practice and culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- PICKERING, A.; GUZIC, K. *The mangle in practice: science, society and becoming*. London: Duke University Press, 2008.
- PIRES, V.; SILVA, S. M.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.
- ROSA, P. R.; ANDION, M. C. M. Contribuições da sociologia das práticas científicas para o estudo da ciência da administração pública no Brasil. In: ENCONTRO DA ANPAD, 45., 2021, Evento On-line. *Anais eletrônicos* [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/114/approved/cf2226ddd41b1a2d0ae51dab54d32c36.pdf>. Acesso em: out. 2022.
- ROSA, P. R. *Reconhecendo a contribuição e as experiências de mulheres cientistas na administração pública brasileira*. 2022. (359 f.). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola Superior de Administração e Gerência, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

- ROSSONI, L. GUARIDA FILHO, E. R. Cooperação entre programas de pós-graduação em administração no Brasil: evidências estruturais em quatro áreas temáticas. *Revista de Administração Contemporânea*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 366-390. jul./ago. 2009.
- ROSSONI, L., HOCAYEN-da-SILVA A. J.; FERREIRA JÚNIOR, I. Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1041-1067, nov./dez. 2008.
- SANTANA, O. A. Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares. *Acta Scientiarum Education*, v. 33, n. 2, p. 219-226, 2011.
- SCIELO – SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. Disponível em: <<https://www.scielo.org/>>. Acesso em: nov. 2019.
- SILVA, A. B. Produtivismo acadêmico multinível: mercadoria performativa na pós-graduação em administração. *Revista de Administração de Empresas*, v. 59, n. 5, p. 341-352, set./out. 2019.
- SILVA, E. A.; PEREIRA, J. R.; ALCÂNTARA, V. C. Interfaces epistemológicas sobre administração pública, institucionalismo e capital social. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 20-39, mar. 2012.
- SILVA, R. R. C. C.; MATTIA, C. Ciência administrativa e gestão pública: uma crítica à primazia do privado em relação ao público. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1054-1106, out./dez. 2016.
- SMOLSKI, F. M. S.; DALCIN, D.; VISENTINI, M. S.; BAMBERG, J.; KERN, J. S. Análise do perfil da produção científica da Revista de Administração Pública (RAP) no período 2003-16. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 6, p. 1139-1163, nov./dez. 2017.
- SOUZA, A. R.; ARAÚJO, V. C. O estado da reforma: balanço da literatura em gestão pública (1994/2002). *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 54, n. 2, p. 61-98, abr./jun. 2003.
- SOUZA, C. Pesquisa em administração pública no Brasil: uma agenda para o debate. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 43-61, jul./ago. 1998.
- SOUZA, L. G.; GOMES, A.P.S.; CRUZ, J.V.C.; SANTOS, M.S.D. Ocupação feminina e negra do parlamento: avaliação de um mandato parlamentar periférico. In: ENCONTRO DA ANPAD, 47., 2023, São Paulo. *Anais eletrônicos* [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2023. Disponível em: <https://anpad.com.br/pt_br/event/details/125/1937>. Acesso em: 10 out. 2023.
- SPELL – SCIENTIFIC PERIODICALS ELECTRONIC LIBRARY. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/>>. Acesso em: nov. 2019.
- STANISCUASKI, F. et al.. PARENT IN SCIENCE MOVEMENT. Impact of COVID-19 on academic mothers. *Science*, v. 368, n. 6492, p. 724, mai. 2020.
- WANDERLEY, S. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 913-936, nov./dez. 2016.